



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

ATA DA 25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA, REALIZADA AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Montanha, Estado do Espírito Santo, realizou-se a vigésima quinta Sessão Extraordinária da primeira Sessão Legislativa da décima quinta Legislatura. Registrou-se a presença dos vereadores Allan Cortes, Célia do Posto, Divaldim da Agricultura, Fátima Barros, Giovani da Gráfica, Maine Brito, Odair Celin e Tarcísio Depolo, registrando-se a ausência do vereador Paulinho Motorista. O Secretário da Mesa, vereador Moisés Giovani Marquiori, confirmou a existência de quórum regimental. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão, cumprimentando os vereadores, servidores da Casa, cidadãos presentes no plenário e aqueles que acompanhavam a sessão por meio das redes sociais, agradecendo ainda a presença de representantes do Hospital Nossa Senhora Aparecida, entre eles o senhor Wagner Canal e demais colaboradores da instituição. Em seguida foi solicitada a todos a posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após a execução do hino, o Senhor Presidente realizou uma reflexão de caráter religioso baseada nos Salmos capítulos vinte e quatro e vinte e sete, destacando a importância da confiança em Deus e da busca pela sabedoria na condução das decisões públicas. Durante a meditação, ressaltou que as deliberações do Poder Legislativo devem sempre buscar o bem comum da população, pedindo bênçãos para o município de Montanha, para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil, bem como sabedoria aos vereadores para conduzir as decisões da Casa Legislativa. Na sequência, o Presidente destacou a importância das entidades assistenciais e institucionais para a população montanhense, ressaltando o trabalho realizado pelo Hospital Nossa Senhora Aparecida, que mantém atendimento permanente à população, bem como o papel de outras entidades que desenvolvem atividades sociais e educacionais voltadas à proteção de crianças e jovens.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Explicou ainda que o Poder Legislativo pode provocar o Poder Executivo no sentido de discutir eventuais aumentos de subvenções, porém os valores são definidos pelo Executivo com base em planos de trabalho apresentados pelas entidades e analisados pelos vereadores. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi iniciada a leitura das matérias constantes da pauta. Foram lidos os **pareceres das comissões permanentes** referentes ao **Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 1 de 2026**, de autoria da Prefeita Municipal Iracy Carvalho Machado Baltar Filha, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais. O referido projeto recebeu **PARECER FAVORÁVEL UNÂNIME** da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, da Comissão de Educação, Saúde e Assistência e da Comissão de Finanças e Orçamento. Foi igualmente lido o parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 16 de 2025, de autoria do vereador Divaldim da Agricultura, que revoga a Resolução nº 01 de dois mil e dezenove e estabelece nova disciplina para o sistema de registro eletrônico de ponto com identificação biométrica na Câmara Municipal de Montanha. Passou-se então ao Grande Expediente. A vereadora Maine Brito destacou que os vereadores votariam o projeto conforme encaminhado pelo Poder Executivo, ressaltando que o Legislativo não possui competência para aumentar diretamente os valores das subvenções, mas que os parlamentares continuariam buscando alternativas e possíveis aditivos para ampliar os recursos destinados ao hospital, diante da elevada demanda de atendimentos e das dificuldades enfrentadas pela instituição. Em seguida fez uso da palavra o vereador Odair Pancieri Celin, que recordou que a votação da matéria havia sido adiada anteriormente a pedido do diretor clínico do hospital, Dr. Artur Miranda, que manifestou preocupação com o risco de colapso financeiro da instituição diante dos valores propostos. O vereador criticou prioridades da gestão pública municipal, questionando a destinação de recursos elevados para eventos festivos enquanto o hospital enfrenta dificuldades com despesas básicas. Ressaltou que o hospital, fundado há cerca de sessenta anos pelos missionários combonianos, possui papel essencial no atendimento da população e não pode ser negligenciado. A vereadora Maine Brito voltou a se manifestar, sugerindo que parte dos recursos destinados a eventos festivos nas comunidades pudesse ser redirecionada para o fortalecimento das ações de saúde no município. Também fez uso da palavra o vereador Tarcísio Depolo, que manifestou preocupação com a situação enfrentada pelo Hospital



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Nossa Senhora Aparecida, destacando a importância da instituição para o atendimento da população do município e da região. O parlamentar ressaltou que o hospital desempenha papel fundamental na rede de saúde local e que o Poder Legislativo deve permanecer atento às necessidades da entidade, buscando, juntamente com o Poder Executivo e demais autoridades, alternativas para fortalecer o atendimento e garantir melhores condições de funcionamento. Na sequência, a vereadora Fátima Barros declarou colocar seu mandato à disposição da causa do hospital, enfatizando que a instituição pertence à população e que a saúde pública deve ser tratada como prioridade. Comparou valores gastos com eventos artísticos a recursos destinados ao hospital, defendendo maior investimento no setor. O Secretário da Mesa, vereador Giovani da Gráfica, também se manifestou, destacando preocupação com os valores considerados insuficientes da subvenção destinada ao hospital, lembrando que a unidade hospitalar realiza atendimento diário a dezenas de pessoas. Demonstrou ainda preocupação com o fato de muitos nascimentos de crianças do município ocorrerem em outras cidades, o que impacta inclusive a identidade registral das crianças como naturais de Montanha. O Senhor Presidente reforçou que a aprovação do projeto, ainda que com valores considerados aquém das necessidades apresentadas, era necessária para garantir que as entidades possam cumprir compromissos imediatos e manter o funcionamento de suas atividades. Ressaltou também que outras áreas da administração pública municipal, como agricultura e manutenção de estradas, igualmente demandam investimentos e atenção. Encerradas as discussões, passou-se à **votação das matérias constantes da Ordem do Dia**. Foram submetidos à votação os pareceres das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Educação, Saúde e Assistência e de Finanças e Orçamento referentes ao Projeto de Lei nº 1 de 2026, **TODOS APROVADOS POR MAIORIA SIMPLES**. Em seguida foi submetido à votação o Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 1 de 2026, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais, **SENDO APROVADO EM SUA INTEGRALIDADE POR MAIORIA SIMPLES**. Também foi submetido à votação o Projeto de Resolução nº 16 de 2025, que estabelece nova disciplina para o sistema de registro eletrônico de ponto biométrico na Câmara Municipal, sendo igualmente **APROVADO POR MAIORIA SIMPLES**. Nas explicações pessoais, o vereador Allan Cortes destacou que o debate não se limita à



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

realização de eventos festivos, mas à correta gestão dos recursos públicos e às dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição hospitalar, mencionando inclusive obrigações trabalhistas históricas como débitos de FGTS e INSS. O Senhor Presidente reforçou que, entre investimentos em eventos e investimentos na saúde, sua prioridade é a saúde pública, destacando a importância da busca por emendas parlamentares junto a deputados estaduais e federais para fortalecer o hospital. A vereadora Célia do Posto também se manifestou, afirmando que os problemas financeiros do hospital são históricos e ressaltando que o Poder Executivo encaminhou os recursos dentro das possibilidades financeiras do município, sugerindo ainda mobilização da sociedade e do empresariado local para auxiliar a instituição. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão às onze horas e doze minutos. E para constar, foi lavrada a presente Ata que, após ser lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa Diretora.

Presidente: DIVALDIM DA AGRICUTURA / REPUBLICANOS

Primeiro-Secretário: GIOVANI MARQUIORI / REDE